

**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**Fundação Biblioteca Nacional**  
*Departamento Nacional do Livro*

**CAMÕES**  
*Joaquim Nabuco*

Senhor,

Senhora,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quando no dia 10 de Junho de 1580, Luís de Camões expirava em Lisboa, na mais completa miséria, ao desamparo de todos, abandonado até de si mesmo, se alguém lhe dissesse que ele só morria para ficar imortal, talvez que o Poeta, esmagado como o Gladiador pelo seu próprio destino, sem que no vasto Anfiteatro uma voz, um gesto, um olhar, pedisse compaixão para ele, afastasse com indiferença essa esperança de uma vida que não é mais do homem, mas tão-somente do seu gênio e da sua obra.

Entretanto, senhores, por mais que a consciência transforme numa tragédia pessoal cada um dos nossos sofrimentos, que aos olhos de um espectador desinteressado que abrangesse o interior de todas as almas, não pareceriam mais dramáticos do que a queda silenciosa da ave ferida no vôo, o que são todos os infortúnios reais e verdadeiros do Poeta, comparados à glória que nos reúne a todos, trezentos anos depois da sua morte, em torno da sua estátua?

O homem é o nome. A parte individual da nossa existência, se é a que mais nos interessa e comove, não é por certo a melhor. Além desta, há outra que pertence à pátria, à ciência, à arte; e que, se quase sempre é uma dedicação obscura, também pode ser uma criação imortal. A glória não é senão o domínio que o espírito humano adquire dessa parte que se lhe incorpora, e os Centenários são as grandes renovações periódicas dessa posse perpétua.

Tomando a iniciativa que lhe competia por ser a primeira das fundações literárias de Portugal no Brasil, o Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, quis associar o seu nome ao terceiro Centenário de Camões por uma tríplice comemoração. A primeira foi o assentamento da pedra fundamental da Biblioteca Portuguesa, que terá à entrada, para melhor recordar o dia de hoje, as estátuas dos

seus dois padroeiros: o grande Poeta e o grande Infante. A segunda foi a sua edição especial dos *Lusíadas*, a qual tomará lugar de honra na Camoniana do Centenário. A terceira é esta imponente solenidade artística, honrada com a presença de um Soberano, que já mostrou, com Victor Hugo, que é para ele um dos privilégios do seu ofício de rei poder esquecer que o é diante de um grande poeta, com a presença de uma princesa que só tem feito falar de si pela sua bondade e pela sua benevolência para com todos, e com a representação da Câmara dos Deputados, que interpretou bem, com a sua homenagem a Luís de Camões, o sentimento unânime do nosso país.

Nesta festa uns são Brasileiros, outros Portugueses, outros estrangeiros; temos todos porém o direito de abrigar-nos sob o manto do Poeta. A pátria é um sentimento enérgico, desinteressado, benéfico, mesmo quando é um fanatismo. Este fanatismo admite muitas intolerâncias, menos uma que o tornaria contraditório consigo mesmo: a de recusarmos o concurso espontâneo das simpatias estrangeiras nas grandes expansões da nossa Pátria.

Se o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para ele que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Se é o dia da língua Portuguesa, não é esta também a que falam dez milhões de brasileiros? Se é a festa do espírito humano, não paira a glória do poeta acima das fronteiras dos Estados, ou estará o espírito humano também dividido em feudos inimigos? Não, em toda a parte a ciência prepara a unidade, enquanto a arte opera a união. Até a pátria é um sentimento que se alarga, abate as muralhas da China que o isolavam, e torna-se cada vez mais, como se tornou a família entre os homens, e há de tornar-se a religião entre as Igrejas, um instrumento de paz, de conciliação, e de enlaçamento entre os povos.

Num sentido mais especial, porém, pode-se dizer que sejamos nós, os Brasileiros, estrangeiros nesta festa?

Seria preciso esquecer muita coisa para afirmá-lo.

Não foi o Brasil descoberto, colonizado, povoado por Portugueses? Não foi uma colônia Portuguesa durante três séculos, que se manteve portuguesa pela força das suas armas, combatendo a Holanda, até que, pela lei da desagregação dos Estados, e pela formação de uma consciência Brasileira e Americana no seu seio, assumiu naturalmente a sua independência e coroou seu Imperador ao próprio herdeiro da Monarquia? Depois deste fato, apesar dos preconceitos hoje extintos, não tem sido o Brasil a segunda pátria dos Portugueses? Não vivem eles conosco sempre na mais completa comunhão de bens, num entrelaçamento de família, que tornaria a separação dos interesses quase impossível?

Quanto ao Poema, deixai-me dizê-lo, ele nos pertence também um pouco. Quero esquecer a língua Portuguesa, que nos é comum, e a sucessão legítima que nos faz tão bons herdeiros, pondo de parte a tradição nacional, dos contemporâneos

de Camões e do velho Portugal dos *Lusíadas*, como os Portugueses do século XIX, para tomar somente a obra de arte.

Qual é a idéia dos *Lusíadas*, se eles não são o poema das descobertas marítimas e da expansão territorial da raça Portuguesa? Mas o descobrimento do Brasil não será uma parte integrante desse conjunto histórico? As antigas possessões de Portugal na Índia reclamam o Poema com o seu título de nascimento e de batismo, porque ele é o roteiro dos navegantes que foram a

..... ver os berços onde nasce o dia;

só as terras do Ocidente, encontradas ao acaso nessa derrota matinal, não podem ter parte na obra que representa o impulso, que as encontrou perdidas no mar; e as entregou à civilização, porque nelas

..... o claro Sol se esconde?

Entretanto a Índia Portuguesa é uma pálida sombra do Império que Afonso d'Albuquerque fundou; ao passo que o Brasil e os *Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal.

Quanto ao Poeta, que deve ter também, não vos parece? uma palavra que dizer no dia de hoje, é-lhe por acaso indiferente que a sua língua seja falada na América por dez milhões de homens, que serão um dia cem milhões?

Podia-se fazer um Centenário Português, e outro Brasileiro; mas não seria qualquer distinção uma irreverência perante a glória do Poeta?

Inspirando-se, estou certo, nestes sentimentos a Diretoria do Gabinete Português de Leitura, sem olhar para a lista dos seus Sócios, nem dos seus Compatriotas, resolveu reunir nesta esplêndida festividade Portugal e o Brasil, por forma que as nossas bandeiras e as nossas cores nacionais pudessem aparecer juntas, e não faltasse a Luís de Camões a homenagem filial de um só dos países, que figuram nos *Lusíadas* como o grande corpo da Monarquia.

Foi assim, senhores, que o Gabinete Português cometeu a única falta do seu brilhante programa, nomeando-me para falar em seu nome.

A honra de ser o intérprete da admiração de um século inteiro e de dois povos unidos no Centenário de um poeta, é um desses privilégios dos quais se deve dizer:

É melhor merecê-los sem os ter  
Que possuí-los sem os merecer.

Confesso porém que aceitei este lugar pela dívida de gratidão que temos para com Portugal, e na qual, como Brasileiro, reclamo a minha quota parte.

O emigrante português chega ao Brasil sem fortuna, mas também sem vícios, e pelo seu trabalho cria capitais; vem só, e funda uma família; seus filhos são Brasileiros; falando a nossa língua, e da nossa raça, essa imigração nem parece de

estrangeiros; todos os anos, à força de privações corajosamente suportadas, ela põe de lado uma soma considerável, que não acresce tanto à riqueza de Portugal como à nossa.

Todos estes benefícios merecem o mais solene reconhecimento da parte de quem, como eu, votou a sua vida política toda à causa do trabalho livre. Também quando me ofereceram este lugar na grande festa que a Nacionalidade Portuguesa soleniza hoje no Rio de Janeiro, como no mundo inteiro, em todas as escalas que os seus navios foram descobrindo no Planeta, não senti nem liberdade, nem desejo de recusar-me. Não preciso dizer, como aliás o podia fazer sem deixar de ser sincero, que nesta noite sou Português; basta-me dizer que acho-me animado para com a pequena, mas robusta Nação que fundou o Brasil, e que foi tanto tempo a Mãe-Pátria, de um sentimento que, se não se confunde com o patriotismo, não deixa de confundir-se entretanto com o próprio orgulho nacional.

Não vou repetir-vos a história de Camões; não tenho talento bastante para contar-vos o que todos sabeis de cor; não posso porém estudar a obra sem falar rapidamente do homem.

Camões descendia de uma família de fidalgos da Galícia, que não se distinguiram só pelas armas; a imaginação neles era tão nativa como a coragem. Eram pobres. Já nesse tempo a pobreza era o apanágio dos fidalgos em Portugal, talvez porque os *antigos*

#### Troncos nobres de seus antecessores

não lhes deixavam a liberdade de adotarem uma profissão lucrativa, ou porque uma longa seleção militar lhes havia dado um temperamento, que podia ser mercenário, mas não mercantil.

Dos primeiros anos de Camões sabemos ao certo muito pouco. Não há muito tempo que se fixou positivamente o lugar, e provavelmente a data do seu nascimento. Nascido em Lisboa no ano de 1524, parece que Luís de Camões foi educado em Coimbra, sob as vistas de seu tio Dom Bento, Cancelário da Universidade. Quando aparece em Lisboa, ele vem armado de fortes e aturados estudos literários; muito moço, é já um poeta que não tem rival, mesmo nessa poesia elegante, que faz antes parte da história da moda e do vestuário de um século.

Não há em torno do Poeta, nos primeiros anos da vida, senão pálidos reflexos da Renascença, que entretanto como o Sol que ao morrer converte toda a sua luz em cor, concentrava-se no intenso colorido Veneziano. O morticínio dos Judeus, o tráfico de escravos, a Inquisição com os seus Autos da Fé, as intrigas Espanholas, o despotismo grosseiro de um rei fanatizado pelos Jesuítas, as pestes que se repetem, a alegria que desaparece no meio da miséria crescente, eis o quadro de Lisboa durante longos anos. Se, em vez de ficar encerrado no horizonte moral de um povo

que não sentia a Arte, tendo que abrir caminho por si mesmo em todas as direções do seu gênio num círculo de ferro, Camões tivesse ido à Itália, e se houvesse misturado em Roma com os discípulos de Rafael, com os amigos do Ticiano, com os adoradores de Miguel Ângelo, familiarizando-se com os frescos do Vaticano, e a tragédia humana da Sistina; como ele não teria crescido pela Arte, e pela liberdade! A obra-prima estava em germe no sentimento, e ele que levou a pátria consigo para Macau, a teria levado também para Roma... A sua natureza poética aproximando-se da Grécia teria sentido a ação eterna daquela pátria do Belo, e quem sabe se além dos *Lusíadas*, que eram o pecado original do seu gênio, outras obras-primas não teriam aumentado a sua influência permanente sobre o espírito humano, e a herança imortal que nos deixou?

É ao tempo que Luís de Camões passou em Lisboa, admitido à intimidade da sociedade elegante e aos serões do Paço, que se prende o romance do amor que lhe inspirou D. Caterina de Ataíde.

Os grandes poetas não parecem completos sem uma mulher que os acompanhe perante a história. Só se compreende que eles tenham inspiração, tendo amor. É uma ilusão, senhores, do sentimento popular, mas, como qualquer outra é melhor a respeitar que a destruir. A ilusão é uma parte de nós mesmos, e a melhor; não é possível arrancá-la sem que no espaço que ela ocupa fique um vazio que nada enche.

Que Luís de Camões amou uma dama do Paço, pode-se afirmar; mas quem foi ela? Sabe-se por um acróstico que foi uma D. Caterina de Ataíde, mas infelizmente para os biógrafos, em vez de uma eles encontraram no Paço três Caterinas de Ataíde. Essa abundância de Caterinas explica-se talvez porque era esse o nome da rainha. Atualmente porém a favorita é a filha de Dom Antônio de Lima. O seu partido é numeroso; o seu padrinho o Visconde de Jorumenha. Não posso discutir de passagem um ponto tão complexo; mas, se os versos de Camões têm valor biográfico, e, se o *Parnaso* que corre sob o seu nome é o que lhe roubaram, a protegida do distinto biógrafo tem rivais poderosas. Como conciliar com os seus direitos os dessa outra D. Caterina de Ataíde, filha de Álvaro de Souza, fundados na tradição, no testemunho do seu confessor de que lhe falavam sempre no poeta, e no fato de ter ela morrido moça, depois de se haver casado com outro, o que explica certos sonetos (CC.LXXIV), que não têm dois sentidos, sobretudo para as mulheres:

Já não sinto, senhora, os desenganos  
Com que minha afeição sempre tratastes...

.....  
A mágoa choro só, só choro os danos  
De ver por quem, Senhora me trocastes...

Ainda há porém uma terceira D. Caterina de Ataíde, e esta prima do Poeta. A verdade, senhores, é divina; mas a certeza nem sempre vale mais do que a dúvida.

Contentemo-nos com saber que D. Caterina de Ataíde tinha cabelos loiros e ondedos, as faces cor-de-rosa, o colo de neve, os olhos verdes, o olhar luminoso, a fala doce, que era alegre, cortês, e suave, e que, se a beleza é antes de tudo a graça musical dos movimentos, ela tinha

Esse compasso certo, essa medida  
Que faz dobrar no corpo a gentileza...

Quanto ao amor do Poeta, lede as suas Canções, algumas das quais parecem escritas por um Grego, de naturais que são. Nelas reconheceréis logo essa plenitude de vida que se aspira por um dia claro, sob o Azul diáfano, numa atmosfera pura, quando a alma sente-se, como o *noûs* de Anaxágoras, “a mais pura e sutil de todas as substâncias”, e o Ar nos torna não só melhores, como mais inteligentes e mais livres.

Ao amor de Camões por D. Caterina tem-se atribuído o seu desterro de Lisboa.

Qualquer que fosse a razão, porém, desde que pela primeira vez partiu-se a cadeia da fortuna, nunca mais ela se reatou para Camões. Desterrado de Lisboa em 1546, no ano seguinte ele bate-se em África, onde perde o olho direito; em 1550 alista-se para a Índia como soldado, e não parte porque a nau arriba; demora-se em Lisboa três anos, um dos quais na prisão, até que em 1553 parte para a Índia na nau *S. Bento*, para lá ficar dezessete anos. Como vedes, passo rapidamente sobre fatos que conheceis, para chegar ao Poema.

No meio da depravação dos costumes, da sede de dinheiro, da ausência completa de qualquer espécie de moral, ninguém podia escapar ao envenenamento produzido pela decomposição do Domínio Português na Índia. Camões não era asceta, nem excêntrico; misturava-se livremente com a sociedade que o cercava; não era nem puritano, nem hipócrita, e não tinha esse poder de isolamento que permite aos fortes e aos escolhidos conservarem-se alheios ao meio no qual vivem, interiormente estranhos ao movimento de que fazem parte.

Se o homem, porém, adaptou-se sem veleidade de resistência, e sem constrangimento de vontade, à decadência sem nenhum reflexo de Ideal, de Arte ou de nobreza, da vida militar na Índia, o Poeta, pelo contrário, com a mesma espontaneidade, reagiu, traçou um círculo de heroísmo em torno de si; criou na pátria um isolamento para o seu gênio, e compôs *Os Lusíadas*, escrevendo cada novo Canto obrigado pela emoção de que o enchia o Canto que havia acabado. É assim a obra de arte; ela força o artista a não a deixar incompleta, e o faz sentir como César, o qual fez da ambição uma arte, que nada está feito enquanto resta alguma coisa por fazer. Se não fosse assim, quantas obras-primas não ficariam,

como o S. Mateus de Miguel Ângelo, metade na pedra, metade no gênio do escultor? Mil vezes antes para uma obra de arte ficar eternamente mutilada, como as estátuas gregas, do que eternamente incompleta.

Na partida de Camões para a Índia devemos ver, senhores, como quer que o chamemos, o acaso inteligente que leva o artista a colocar-se, sem que o saiba, e às vezes contra a sua vontade, nas condições únicas em que lhe é possível produzir a obra que será a medida do seu gênio.

A bordo da nau que o levava, Camões repetiu, como tantos outros que não conhecem o seu próprio desinteresse, nem a sua dedicação: “Ingrata Pátria! Não possuirás os meus ossos.” *Non possidebis ossa mea*. São as palavras de Cipião. “Ingrata Pátria!” *Parvi mater amoris*, mãe de pouco amor, como chamava Dante a Florença. Mas essa vingança, ironia da Arte, que brinca com o Artista, como o músico com o instrumento, ele a queria completa; Portugal não possuiria os seus ossos, mas possuiria o seu nome imortal. Era uma vingança, como todas as que o homem de coração toma da pátria, de si mesmo, da mulher que ama, uma vingança de amor. Ele queixava-se da viagem que ia fazer, e era essa viagem que o devia tornar um grande poeta, e o representante de Portugal perante o espírito humano. Em Lisboa, com as ocupações insignificantes, mas forçadas, da vida da Corte, com as pequenas conspirações da inveja, e as feridas do amor-próprio, com o espírito alegre, sociável, e superficial, que é preciso ter nas salas, com a intervenção benévola da Inquisição e dos Jesuítas, o que teriam sido Os *Lusíadas*?

Foi no Oriente, em Macau, senhores, nessa gruta, à qual prende-se a devoção de séculos, colocado numa das extremidades dessa enorme teia, que dava a Portugal o direito de ser chamado antes da Holanda, *a aranha dos mares*, foi no Oriente que a pátria apareceu a Camões como uma entidade diversa de tudo o que ele havia até então confundido com ela.

O fetichista tornou-se panteísta. A história nacional se lhe representou ao espírito como a vida fenomenal de uma substância quase divina e eterna. Até mesmo o Portugal do seu berço, da sua mocidade, do seu amor, visto por entre as associações todas da memória, devia ter-lhe parecido a incorporação transitória e incompleta do grande Todo nacional, do gênio Português destinado a dominar o mundo, a converter-se em outras terras, a animar outros continentes... O que é a pátria assim, senhores? Não será uma religião, um misticismo ardente? Não ocupa ela todo o espaço destinado ao poder criador do homem? Não é uma sorte de loucura sublime, a hipertrofia de um sentimento heróico? Pois bem, Os *Lusíadas* são o resultado da pátria assim compreendida, que se apodera da imaginação do artista, e dá às suas criações a forma grandiosa; que limita-lhe o horizonte, mas imprime nos objetos que se destacam um alto-relevo. Esta é a pátria dos seus *Lusíadas*, cuja voz ele ouve no concerto dos ventos e das ondas; cuja sombra ele vê estendida sobre o mar; cuja glória faz vibrarem uníssonas todas as cordas da sua harpa de bronze. Quando fala dos seus heróis, a adoração nele tem a realidade

concreta do antropomorfismo, assim como tem o contorno flutuante e vaporoso do panteísmo quando ele a encara na sua substância insondável. Essa é a Pátria que ele adora como o pastor Ariano à Aurora brilhante que aparece sobre os cumes nevados do Himalaia, ou a lua que se abre no Indo, como uma grande flor do loto... É a ela que ele pede no meio da oração inconsciente, que todo o homem dirige do fundo do coração ao deus que nele se reflete:

“Onde a vida é livre, onde os mundos são radiantes, aí torna-me imortal”,

porque é ela a divindade, cujas encarnações ele celebra, da qual adora cada *avatar* triunfante, e a quem dá a beber, nas taças das Musas, o licor que dava a imortalidade aos deuses! Essa pátria que o embriaga, é a razão de ser da sua obra; a circunferência inteira do seu gênio; a medida do seu poder criador; ela confunde-se para ele com a sua própria vida, e dela ele devia dizer sempre, no seu desterro na China, durante a composição penosa de *Os Lusíadas*, como Vasco da Gama:

Esta é a ditosa pátria minha amada;  
À qual se o Céu me dá, que eu sem perigo  
Torne, com esta empresa já acabada,  
Acabe-se esta luz ali comigo.

O perigo, senhores, não faltou ao Poeta. A pintura apoderou-se do seu naufrágio nas costas da Indochina, e representa-o tentando salvar das ondas, não a vida, mas o Poema. Os sofrimentos não lhe alteram porém a idéia fixa de terminar a obra. Aos cantos *molhados* do naufrágio ele acrescenta mais quatro.

Não sei se *Os Lusíadas* não deviam na primeira idéia do Poeta terminar no Canto VI, talvez destinado a ser aumentado com a *Ilha dos Amores*.

Os últimos cantos do Poema, preciosos como são, parecem novas galerias acrescentadas à nave central. Neles a história Portuguesa que se tinha desenrolado majestosa nos outros torna-se biográfica e individual; ornamentos são amontoados uns sobre outros; o Império da Índia toma o lugar proeminente, ao passo que o Poeta está cansado, vê-se obrigado a repetir-se, queixa-se, irrita-se, lança mão da sátira, e ameaça até as Ninfas de abandonar a obra se elas o não inspiram.

Excetuai o Canto IX, acomodado, estou certo, às exigências e aos escrúpulos da Inquisição, mas que, apesar disso, e das explicações provavelmente forçadas do Poeta, parece uma página da Renascença, um fresco da Farnesina, ou melhor a representação viva da *Caça de Diana* do Dominiquino, natural, sadia, alegre, sensualmente ideal; excetuai a *Ilha dos Amores*, que podia estar reservada na idéia do Poeta para encerrar *Os Lusíadas* primitivos, e o que vedes? Os últimos cantos nos revelam que depois da interrupção, não sei de quantos anos, que houve na composição do Poema, ou pela imposição de uma poética ortodoxa à qual ele não

soube forrar-se, ou pela idéia que uma grande obra é forçosamente uma obra grande, ou pela reflexão que tantas vezes destrói a beleza do pensamento espontâneo, qualquer que fosse o motivo enfim, o Poeta, se conseguiu igualar-se a si mesmo em eloquência, não conseguiu todavia, o que era impossível, renovar a faculdade criadora. Foi esta entretanto que enriqueceu os domínios da Arte com a figura colossal de Adamastor, e com a figura poética de Inês de Castro; com as telas épicas das batalhas, e os quadros risonhos da mitologia; com esses episódios todos que seriam num poema árido verdadeiros oásis para a imaginação, mas que em *Os Lusíadas* podem ser comparados aos quatro rios que cortavam a relva do Paraíso, além de tantos incomparáveis versos, cada um dos quais poderia encerrar por si só a alma de um artista, porque são a verdadeira veia de ouro da inspiração, e nem um só deles podia ser obra senão de um grande poeta.

O trabalho da composição do Poema não nos revela, como o da composição da *Divina Comédia*, nenhum sofrimento trágico do espírito, debruçado sobre os abismos da sua própria alucinação, querendo seguir com os olhos fechados a réstia de luz que precede a Dante nesse *Inferno*, que ele criou talvez com o receio ingênuo e católico de que ele não existisse; ou tampouco, senhores, nos revela aquela composição a liberdade serena com a qual Goethe olha como naturalista para o homem, autor das suas próprias desgraças morais, do seu próprio destino intelectual, desprezando idealmente a vida numa ilusão inexplicável, que o torna inferior a qualquer borboleta dos trópicos, que contenta-se com viver alguns dias, e para a qual a Natureza é um poema de luz, de cores, de amor, e de vida!

*Os Lusíadas* não resumem o homem, nem a vida; não são o espelho do Infinito subjetivo, nem o da Natureza; eles são como obra de arte o poema da pátria, a memória de um povo. Foram, há três séculos, dia por dia, o testamento de uma grande raça, e são hoje a sua bandeira.

Portugal, senhores, podia ter tido uma vida modesta; preferiu porém num dia encher o mundo e a posteridade com o seu nome. Um príncipe de gênio da casa de Avis teve a intuição da missão histórica da sua pátria, o Infante Dom Henrique.

À beira do mar, às vezes azul, unido, luminoso, atraindo mais e mais com a sua calma, com o seu silêncio, e o seu horizonte, a vela do pescador; às vezes revoltado, caótico, infernal, querendo tudo destruir; Portugal não podia escapar à irresistível fascinação do desconhecido, a cuja borda ele estava inclinado. O que podia haver além de tão terrível? A morte? Mas quando a morte certa, e inevitável mesmo, impediu a nossa espécie de realizar um desejo, de satisfazer um capricho, de descobrir uma verdade, de afirmar um princípio! Portugal obedecia a essa força centrífuga que impele as nações marítimas a apoderarem-se do mar na canoa do selvagem do Pacífico, ou na galera de Colombo, e a frutificarem ao longo das costas fronteiras, qualquer que seja a distância.

Nada porém se faz de grande sem um considerável emprego da energia lentamente acumulada no indivíduo ou na raça, e a energia que Portugal despendeu foi muito superior à que o seu organismo podia produzir sem aniquilar-se.

O seu destino pode ser comparado ao dessas aves aquáticas que habitam os rochedos do Oceano... Um instinto insaciável o levava para os mares desconhecidos do Sul; a loucura do descobrimento apoderou-se dele, e, como essas aves de que eu falo, quando depois de ter voado sobre os mares descobertos e os mundos novos, ele quis voltar ao seu rochedo, ao seu ninho de pedra, o organismo estava exausto, as forças o traíram, e, abrindo as grandes asas que o tinham levado à Índia e trazido à América, ele soltou o grito estridente, que repercutem os *Lusíadas*, e caiu extenuado sobre as ondas!

Esse momento único, porém, o torna tão grande como a Holanda, com a Inglaterra, como a Espanha, e desse momento, depois do qual a Conquista consome as forças criadas, as quais só mais tarde hão de ser reparadas pela colonização, Luís de Camões foi o poeta.

Entretanto, apesar de serem *Os Lusíadas* a mais elevada expressão artística da Pátria, a Nação não cooperou neles, não ajudou o Poeta a deificá-la, e recebeu com indiferença o Poema. Camões, que havia cantado para ter um prêmio nacional, como ele próprio o diz:

Que não é prêmio vil ser conhecido  
Por um pregão do ninho meu paterno,

reconhece na conclusão da sua empresa que esse prêmio Portugal não o podia dar.

O favor com que mais se acende o engenho  
Não no dá a pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
De uma austera, apagada e vil tristeza.

Mas devia, senhores, o Portugal do século XVI colaborar com ele? Para mim é duvidoso. Imaginemos que, em vez do acolhimento frio que teve, o poema fazia de cada Português um partidário, incutia o fanatismo patriótico onde já havia o fanatismo religioso. O desastre de 4 de Agosto de 1578 teria ocorrido seis anos antes, e o Poeta teria sido parte no suicídio nacional.

Camões, depois de dezessete anos de ausência, não conhecia nem o povo, nem o rei, que, ambos, haviam mudado. O que lhe inspirava confiança no povo, era o passado; no rei, era a dinastia. Mas o país era muito pequeno para ocupar a

África, a Ásia, e a América, para combater, conquistar e colonizar a um tempo, e a política dos Jesuítas não podia desenvolver as forças nacionais. Quanto ao rei, a dinastia de Avis acabava, como devia, com um herói, mas um herói que era um louco. Magnetismo da bravura e da mocidade, entretanto! Esse rei de vinte e quatro anos, só porque morre como um bravo, envolto na nuvem dos bereberes, só porque o seu cadáver não repousou ao lado do de Dom João II na Igreja da Batalha, mas foi enterrado, como o de um soldado, no primeiro cômodo de areia do deserto, é transformado, como os guerreiros do Norte que as deusas arrebatavam no ardor da peleja, ao primeiro sangue, num mito nacional.

Camões desejou partir com ele para ser o poeta oficial da campanha, e até começou um novo poema, que ele mesmo rasgou, depois do desastre de Alcácer-Quibir. Fez bem, senhores. Nada há mais triste na história da Arte do que o período da decadência de um artista de gênio, quando a imaginação não pode mais, e o cérebro cansado só produz a repetição banal e a imitação da obra-prima da maturidade. Felizmente, porém a dignidade do Poeta e a glória do artista não passaram pela prova dessa palinódia dos *Lusíadas*.

Desde a publicação do Poema, a alma de Camões, que fora alegre e jovial na mocidade, comunicativa e fácil durante a vida, talvez porque a sua esperança toda resumia-se n'Os *Lusíadas*, torna-se trágica. A expedição Africana, que ele havia aconselhado com a eloqüência de um Gladstone, pedindo a expulsão dos Turcos da Europa, dera em resultado a destruição da monarquia. O seu Jau havia morrido, legando à história um exemplo dessa dedicação, que é a honra do escravo. A mãe de Camões, D. Ana de Sá e Macedo, que viveu até 1585, para receber a tença do filho da generosidade de Felipe II, estava inutilizada pela idade. A pobreza do lar era extrema, e, se a tradição não mente, chegou até a esmola, e a fome. Como devia ser triste para ele morrer assim, recordar o passado, reconstruir a sua vida toda!

“A poesia, disse Carlyle, é a tentativa que o homem faz para tornar a sua existência harmônica.” “Quem quiser escrever poemas heróicos, disse Milton, deve fazer um poema heróico de sua vida inteira.” Com efeito, senhores, que poesia é mais elevada do que, por exemplo, a vida da mulher verdadeiramente bela, quando essa vida é tornada harmônica pelo respeito, pelo culto, pela adoração de si mesma, como a produção de uma Arte superior, que é a Natureza? Que poema heróico é maior do que esse em que o operário converte o trabalho, o marinheiro o navio, a mãe o filho, o rei o reinado, a mulher o coração, o homem o dever, e o povo a história?

Este material não é mais comum que o mármore ou o verso. A nossa própria vida é a matéria mais difícil de trabalhar artisticamente e de converter em Poesia. Nesse sentido, talvez, que lançando um olhar sobre o passado Camões só visse nele os fragmentos de uma existência dispersa, da qual a memória tornara-se por fim o registro indiferente. Por que não renunciou ele, para ser feliz, à sua própria superioridade, à composição dessa epopéia quase póstuma da sua raça? Mas como

se enganava! Essa vida, cujo nexos ele não achou no meio das contradições do impulso e das dificuldades da luta, navio perdido no mar, cuja direção desde o princípio escapara à sua vontade, cujas velas o vento contrário o obrigava a amainar, enquanto a corrente o desviava do seu rumo, essa vida tinha uma unidade que a torna harmônica, senhores, como o queria Carlyle, e heróica, como o pedia Milton, e essa unidade, da qual Os *Lusíadas* são a expressão artística, não é outra senão a necessidade que a Nação Portuguesa teve de produzir uma obra universal no momento único da sua história em que ela com Luís de Camões chegou a possuir a faculdade do gênio.

Por mais triste porém que fosse para o Poeta a consciência imperfeita que ele tinha do seu destino individual, a sorte de Portugal devia comovê-lo ainda mais.

Imaginai que um espírito criador acaba de levantar um monumento à pátria, e que esse monumento é a síntese da vida coletiva de muitas gerações: ao mesmo tempo o Livro de Ouro da Nobreza, e o Livro Sibilino do futuro; a galeria das armaduras de três séculos militares, e o Tombo das cartas de navegação; o Arsenal onde jazem os navios que rodearam a África, e os que descobriram a América; o Campo Santo onde dormem os heróis sob epitáfios romanos, e a Catedral que guarda as bandeiras de cem batalhas; imaginai que o artista acredita que a obra viverá pelo menos tanto como a pátria em cujo solo ele a levantou, e que de repente em vez de ser o edifício só, é a terra mesma que se abate e se desmorona.

Nesse momento, Camões não separou a pátria do poema, Os *Lusíadas* de Portugal. O poeta das *Orientais* e de *Hernani* assiste em vida à sua imortalidade. Mas como podia Camões acreditar que a glória sucederia à miséria e à indiferença, no meio das quais ele morria? Não, o poema não duraria mais do que a pátria. E se durasse? À confiança infundada que ele teve na hegemonia Portuguesa correspondia a certeza, também infundada, da eterna aniquilação de Portugal. Pois bem, morto Portugal, se os *Lusíadas* lhe sobrevivessem, o poeta já via o Poema vertido para o Espanhol, sujeito à Inquisição infinitamente mais cruel na pátria de Torquemada, e se não destruído pelo fanatismo iconoclasta, mutilado, prostituído, ou pelo menos profanado, como o templo de uma religião extinta, que vê a *cella* da sua divindade morta tornar-se o altar de um deus desconhecido.

Foi assim que ele morreu, nessa dolorosa opressão, no dia 10 de Junho de 1580, para ser enterrado pela caridade particular numa pobre sepultura do convento de Santa Ana.

Os poemas, porém, senhores, têm os seus destinos como as nações.

Se a Espanha, em vez de declinar, depois de Felipe II, tivesse, não crescido exteriormente, mas progredido internamente repelindo do seu seio a Inquisição e o absolutismo, e seguindo a paralela da Inglaterra e fundasse a sua capital em Lisboa, em frente das suas Colônias de Além-mar, na embocadura do Tejo, talvez que a língua Espanhola absorvesse a Portuguesa, e esta ficasse para sempre embalsamada, como as grandes línguas mortas, nas fachas de um poema; talvez

que a Nação Portuguesa, a qual nesse tempo já havia realizado a sua grande missão, vivesse somente nas páginas de *Os Lusíadas*. O destino de Portugal porém era outro; assim também o do Poema.

O que é a celebração deste Centenário, senão a prova de que Portugal não morreu de todo em 1580, mas somente atravessou a morte, e de que *Os Lusíadas* não foram o túmulo nem da raça nem da língua?

Dos dois lados da fronteira, depois que se operou a cicatrização dolorosa, formou-se um patriotismo diverso. A nação criou nova alma, e o Poema de Camões, que ele julgava condenado ao esquecimento, tornou-se a pátria do Português, como a Bíblia o é do Israelita, e o Corão do Muçulmano, em qualquer latitude onde eles se achem.

Se eu posso fazer um voto nesta noite, não é que se levante à Camões uma estátua na capital da América Portuguesa, deixo essa iniciativa aos que melhor a podem tomar; mas que *Os Lusíadas* sejam distribuídos generosamente pelas escolas, para serem lidos, decorados, e comentados pela mocidade. Não é um livro que torne ninguém Português, é um livro que torna todos patriotas; que ensina muita coisa numa idade em que estão sendo lançados no menino os alicerces do homem; que faz cada um amar a pátria, não para ser nela o escravo, mas o cidadão; não para adular-lhe os defeitos, mas para dizer-lhe com doçura a verdade. Nele se aprende que os princípios e os sentimentos devem ser os músculos, e não os nervos, da vida; que a existência do homem alarga-se pela sua utilidade exterior, que em vez de girar o Mundo em torno de nós, como no sistema de Ptolomeu, devemos nós girar em torno do Mundo, como no de Copérnico. Ele ensina que a vida é a ação, e condena essa

Austera, apagada e vil tristeza

do organismo doentio que dobra-se sobre si mesmo, em vez de se expandir na Natureza da qual faz parte. Condena o ascetismo e a simonia, a justiça sem compaixão, a força sem direito, as honras sem merecimento; eleva a mulher no respeito do homem, o que é um serviço prestado às raças meridionais; mostra a linguagem que se deve falar aos reis, sobretudo

Se é certo que co' o rei se muda o povo;

incute a coragem que deve ser a principal parte da educação; familiariza o ouvido com a beleza, a medida, e a sonoridade da nossa língua que será sempre chamada a língua de Camões; mostra que a popularidade é uma nobre recompensa, mas que não deve ser o móvel de nenhuma conduta, quando fala do

... que, por comprazer ao vulgo errante,

Se muda em mais figuras que Proteio;

ensina que o homem forte leva a pátria em si mesmo, ou como ele o diz melhor:

Que toda a terra é pátria para o forte;

prega o desinteresse que é a condição essencial de qualquer nobreza, sobretudo quando o Templo, como em Jerusalém, e o Fórum, como em Roma, estão invadidos pelas bancas dos mercadores; fulmina a escravidão em dois versos, que encerram a eterna injustiça das grandes riquezas acumuladas pelo trabalho alheio não retribuído, quando promete não louvar a quem

Não acha que é justo e bom respeito  
Que se pague o suor da servil gente;

indica, senhores, ao que se propõe a qualquer elevado e patriótico fim na vida de que arte

... o peito um calo honroso cria  
Desprezador das honras e dinheiro,

e lhe aponta a única forma digna de subir ao que ele chama – *o ilustre mando*, e que há de ser sempre para os homens ativos e firmes, onde quer que o governo não for uma conquista, mas uma doação:

Contra vontade sua e não rogando!

Tenho atravessado nesta noite convosco o domínio inteiro da arte. “O verdadeiro peregrino, diz o personagem de Shakespeare, não se cansa, ao medir reinos com os seus débeis passos.” Pois bem, eu acabo de medir o reino da Poesia com a devoção de um peregrino, e agradeço-vos a atenção com que me ouvistes.

Senhores, a obra de arte existe por si só: admirada, se o povo a sente; solitária, se ele a não compreende, mas sempre a mesma e sempre bela. Portugal tem razão em considerar Os *Lusíadas*, como Jerusalém para o Hebreu, e Atenas para o Heleno, a pátria do seu espírito. Eles são um poema que em vez de ser escrito podia ser levantado, como o frontão do Partenon, sobre colunas dóricas pelo compasso de Iktinos; esculpido em relevo nas métopas do friso pelo cinzel de Fídias; pintado a fresco, nas paredes da Pinacoteca, pelo pincel de Polignoto, se Portugal fosse a Grécia.

A grande estrutura de mármore pentélico serve só para cobrir as estátuas dos deuses e dos heróis, e as pinturas nacionais das suas muralhas; no seu arquitrave reluzem os escudos votivos; o navegante o avista do mar na pureza das linhas horizontais com que ele corta o Azul; as suas grandes portas de bronze abrem-se para deixar passar o cortejo das Panatenéias da pátria; ele guarda a vela de púrpura da galera sagrada; é ao mesmo tempo que a Acrópole de Atenas o Fórum de Roma; a tribuna do povo defendida, como os Rostos, pelos esporões dos navios tomados em combate; o Arco de Triunfo sob o qual desfila o préstito Português desde Afonso Henriques até D. Sebastião, a nação toda, vestindo a púrpura e cingindo a coroa pela Via da história.

Agora só me resta inclinar-me diante da tua estátua, ó glorioso Criador do Portugal moderno. Na plêiade dos gênios, que roubaram o fogo ao céu para dar à humanidade uma nova força, tu não és o primeiro, mas estás entre os primeiros.

À estátua ideal do homem moderno, Shakespeare deu a vida, Milton a grandeza, Schiller a liberdade, Goethe a Arte, Shelley o Ideal, Byron a revolta, e tu lhe deste a pátria. A tua glória não precisa mais dos homens. Portugal pode desaparecer, dentro de séculos, submergido pela vaga Européia, ela terá em cem milhões de Brasileiros a mesma vibração luminosa e sonora. O Brasil pode deixar, no decurso de milhares de anos, de ser uma nação latina, de falar a tua língua, pode dividir-se em campos inimigos, o teu gênio viverá intacto nos *Lusíadas*, como o de Homero na *Ilíada*. *Os Lusíadas* podem ser esquecidos, desprezados, perdidos para sempre, tu brilharás ainda na tradição imortal da nossa espécie, na grande nebulosa dos espíritos divinos, como Empédocles e Pitágoras, como Apeles e Praxíteles, dos quais apenas resta o nome. A tua figura então será muitas vezes invocada; ela aparecerá a algum gênio criador, como tu foste, à foz do Tejo, qual outro Adamastor, convertido pelos deuses nessa

Ocidental pátria lusitana,

alma errante de uma nacionalidade morta transformada no próprio solo que ela habitou. Sempre que uma força estranha e desconhecida agitar e suspender a nacionalidade Portuguesa, a atração virá do teu gênio, satélite que se desprende dela, e que resplandece como a lua no firmamento da terra, para agitar e revolver os oceanos.

Mas até lá, ó Poeta divino, até ao dia da tradição e do Mito, tu viverás no coração do teu povo: o teu túmulo será, como o de Maomé, a pátria de uma raça; e por muitos séculos ainda o teu Centenário reunirá em torno das tuas estátuas, espalhadas pelos vastos domínios da língua Portuguesa, as duas Nações eternamente tributárias da tua glória, que unidas hoje pela primeira vez pela paixão da Arte e da Poesia, aclamam a tua realeza eletiva e perpétua, e confundem o teu

gênio e a tua obra numa salva de admiração, de reconhecimento e de amor, que há de ser ouvida no outro século!